

ENTREVISTA

Renato Feder / SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Responsável pela rede afirma que planeja ampliação do uso da Inteligência Artificial nas escolas, defende 'meritocracia positiva' na educação e elogia ministro do PT

BRUNO ALFARO E THIAGO PRADO

bruno@brasil.com.br

O governo de São Paulo anunciou em abril que a Inteligência Artificial vai ajudar no aprimoramento do material didático digital. Como a tecnologia pode ser útil?

No ano passado, a gente disponibilizou o Redação Paulista, uma plataforma digital que usa Inteligência Artificial corrigindo a gramática quando o aluno escreve errado, mas não como o Word, em que você clica e a forma correta vem. O aluno tem que escrever sozinho. Depois, a Inteligência Artificial faz comentários sobre a redação analisando quatro aspectos, como, por exemplo, se o aluno está se mantendo no tema. Isso ajuda o professor a fazer uma correção mais assertiva. Ele lê, concorda ou discorda, e pode mudar o que quiser para dar o feedback ao aluno. Temos mais planos como a personalização da lição de casa.

Há angústias éticas com relação a esse uso da IA?

Não tenho nenhum dilema e nenhuma angústia. Acredito muito que a tecnologia potencializa o nosso professor. Claro que a passagem do conteúdo é primordialmente humana, essa não dá para ser por Inteligência Artificial, além da parte emocional, de motivação e carinho.

O senhor criou um sistema de bônus que paga até o 14º salário. Apoiar a meritocracia ou leva em conta críticas como a do filósofo professor de Harvard, Michael Sandel, que já chamou o conceito de falácia?

Acredito na meritocracia quando ela é positiva e muito bem colocada. E a gente teve esse cuidado com o bônus que lançou esse ano, que é muito inovador. Ele leva em consideração o desempenho individual de cada professor e o contexto de cada turma. Alunos mais vulneráveis têm metas mais



Recursos. Feder diz acreditar que a tecnologia potencializa o professor

NÃO TENHO NENHUM DILEMA ÉTICO OU ANGÚSTIA COM A IA

fáceis de alcançar. A meritocracia não pode ser usada para punição. Quando a gente usa para algo adicional, aí para mim faz sentido.

A esquerda costuma te criticar dizendo que o senhor tem uma visão 'mercadológica' da educação. Isso te incomoda?

Sou um gestor com uma vi-

são detalhista buscando resultados na aprendizagem.

O senhor é de direita?

Esse rótulo faz mal para educação. O que importa é se o aluno está aprendendo a ler, se ele está aprendendo matemática.

Mas quando o governo propõe a criação de escolas cívico-militares não está acenando ao bolsonarismo?

Não é uma agenda política. A gente prevê um número pequeno de escolas, entre 50 a 100, apenas onde a comunidade escolar quer a transformação em cívico-militar. Isso será feito através de uma votação entre pais, alunos e professores. Em locais com possibilidade de brigas ou uso de drogas, o ambiente escolar vai envolver mais disciplina.

Na semana passada, foram divulgadas duas aulas produzidas pela secretaria que tinham conteúdo do MBL e do Brasil Paralelo como material pedagógico.

O que aconteceu? Foi um erro. Nós temos um time com cerca de 200 pessoas que produziu mais de 10 mil aulas em um ano e meio. Alguém pegou uma referência não se sabe exatamente porquê.

Alguns lugares, como a cidade do Rio, estão proibindo o celular na escola. O que o senhor acha dessa medida?

O Rio fez um caminho na direção certa. Quanto menor a idade da criança, mais importante é você controlar o uso do celular. Mas a gente tem muitos alunos de ensino médio, então é mais desafiador.

O senhor decidiu liberar a entrada de um profissional contratado pelos pais de crianças com autismo em sala de aula, o que foi muito criticado. Por que tomou essa decisão?

A rede tem cerca de 10 mil profissionais já nas escolas dedicados aos alunos com deficiência. Imagina que eu tenho um profissional e dois alunos com deficiência. Se eu permito o profissional que um pai decidiu pagar, libera o outro profissional para se dedicar exclusivamente ao outro aluno. Se o pai quer e pode, por que impedir?

O senhor defende alguma mudança na proposta do Novo Ensino Médio que foi aprovada na Câmara? Não, sou a favor dessa proposta, ficou boa.

O que deve ser feito com o Enem no Novo Ensino Médio?

O MEC deveria juntar o Enem com o Saeb. O aluno tem que fazer uma prova num dia, alguns dias depois outra, que medem coisas muito semelhantes. É a melhor mudança que poderia ter.

Qual a nota o senhor daria para Camilo Santana como Ministro da Educação?

Uma nota é muito polêmica. Mas eu acredito que ele está preocupado com educação, que tem um time muito técnico e muito bom e políticas importantes e assertivas. O Fê-de-Meia é uma boa iniciativa.

De Abraham Weintraub a Fernando Haddad passando por Paulo Renato a Mendonça Filho, qual foi o melhor ministro da educação que o país já teve? (Risos) Essa eu não gostaria de responder.

ANTÔNIO GOIS



Priorizar a carreira docente

Finlândia, Coreia, Canadá, Singapura, Estônia... Todos esses países em algum momento foram destaque no Pisa e inúmeras reportagens e análises destacaram suas "lições". A Finlândia — que já não frequenta mais as primeiras posições do ranking — aparecia com a receita de autonomia aos professores, menos lições de casa, menos avaliações externas, entre outros pontos. Se quisermos forçar o argumento em direção

oposta nesses itens, bastaria pinçar Coreia, Singapura ou outro território asiático. Ou escolher outro aspecto de Estônia, da província canadense de Ontário, ou de qualquer outro país da moda cujo exemplo se encaixe no gosto ideológico do freguês e confirme sua opinião prévia. É natural que os modelos variem. Mas há um elemento em comum entre todos: a valorização da carreira docente.

Por valorização, entende-se não apenas salários atrativos, mas, também, formação inicial sólida, incentivos para o desenvolvimento profissional ao longo da carreira, colaboração entre pares, boas condições de trabalho, entre outros aspectos. Caminhos para esses objetivos são variados e nem sempre consensuais, mas o objetivo é o mesmo. Se a literatura acadêmica aponta que o fator intrínseco de maior impacto no resultado dos estudantes é o professor, não surpreende que essa seja uma característica comum em sistemas de alto desempenho.

Antes de destacar o quanto, infelizmente, estamos longe disso no Brasil, cabe lembrar que já foi prior. A pesquisadora Gabriela Moriconi, em sua dissertação de mestrado na

FGV-SP em 2008, mostrou que professores do setor público com diploma universitário recebiam, em 1995, aproximadamente 60% a menos na comparação com outros profissionais com superior completo no mercado de trabalho. O painel do Inep de monitoramento das metas do FNE indica que essa distância em 2022 era de 17%. Os percentuais não são perfeitamente comparáveis, mas em ambas

as séries históricas a tendência foi de aproximação, com a ressalva que, nos últimos anos, isso se deve muito mais à queda registrada nas demais ocupações universitárias do que a um aumento real significativo entre docentes. Também melhoramos na proporção de professores da educação básica com diploma superior, passando de 33% em 1989 para 87% em 2023.

Avanços existiram, portanto, mas foram insuficientes. O Mapa do Ensino Superior 2024, divulgado na semana passada pelo Se-

mesp, revela que, em cursos à distância (hoje maioria na formação docente), 82% das vagas em licenciaturas não são preenchidas no setor privado. Nas públicas, mesmo na modalidade presencial, 38% das vagas gratuitas oferecidas ficaram ociosas. A taxa de desistência do curso chega a 61% a distância e 57% no presencial. Em licenciaturas, 71% das matrículas são de alunos com renda familiar mensal de até 3 salários-mínimos, proporção que cai a 47% nas demais carreiras. E o desinteresse é maior entre jovens: apenas 33% dos matriculados em licenciatura têm menos de 25 anos, percentual que chega a 48% nos demais cursos.

Como outros estudos comprovam, há preocupações também com a qualidade da formação (inicial e continuada), com as condições de trabalho inadequadas (ainda pior nas escolas que mais necessitam dos melhores professores), e com os poucos incentivos para a permanência e aperfeiçoamento na carreira, entre outras questões. Estamos neste ano debatendo novas metas para o Plano Nacional de Educação. Nenhuma é tão prioritária quanto a valorização — em todos os seus aspectos — do magistério.